

MINORIAS E IDENTIDADES: IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Rosana Fernandes Santos ¹

Eduardo Salles Ulian ²

Karina de França Silva ³

Denise Scótoló ⁴

Lívia Cristina Toneto ⁵

RESUMO

O presente estudo entende o ser humano como um sujeito em transformação constituído por um processo histórico cultural. Propõe-se como objetivo geral refletir sobre as perspectivas de manutenção da identidade de um grupo de imigrantes bolivianos residentes em São Paulo, a partir de suas práticas culturais. Para alcançar tal objetivo, são discutidos os conceitos de identidade cultural, de minorias e de globalização da economia e da cultura. As discussões apresentadas estão fundamentadas em pesquisas bibliográficas e em observação não participante realizada na Praça Kantuta, local de trabalho e convívio social do grupo pesquisado. Conclui-se que as práticas culturais dos imigrantes bolivianos frequentadores da Praça Kantuta, no município de São Paulo, colaboram para a manutenção de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes bolivianos. Identidade. Cultura.

INTRODUÇÃO

¹ Bacharel em Lazer e Turismo e mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rosana.santos@usp.br

² Bacharel em Ciências Sociais e especialista em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo Andre (CUFSA) e mestrando em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: eduardoulilian@usp.br

³ Bacharel em Comunicação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e especialista em Tecnologias e Educação a Distância. Aluna Especial no Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo. E-mail: karinaenergy@hotmail.com

⁴ Bacharel em Turismo e especialista em Gestão de Serviços pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: denisescotolo@usp.br

⁵ Graduada em Educação Física pelas Faculdades Integradas de Santo André (FEFISA), Especialista em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: liviatoneto@usp.br

Atualmente o conceito de minoria e identidade vem sendo ampliado, carregando novos sentidos e entendimentos devido à uma série de fenômenos presentes em nosso mundo contemporâneo como é a globalização, a crise do Estado-nação e a inviável realização do sujeito do iluminismo (HALL, 2004). Nos questionamos qual o papel social do sujeito, hoje fragmentado, dentro do conceito de minoria, bem como de sua identidade cultural na atualidade.

Partindo desse pressuposto, tratar da globalização e de seus aspectos principais é de fundamental relevância para o entendimento dos processos culturais e suas construções. A ideia de que existe uma cultura global que imprime valores majoritários que tem como premissa a padronização dos processos produtivos bem como os valores, hábitos e costumes das sociedades e conseqüentemente de seus indivíduos, em conflito constante com as culturas locais, que acirram as disputas para a manutenção de suas identidades locais, são aspectos que fundamentam esta pesquisa.

Assim, como objetivo geral deste trabalho propõe-se uma reflexão sobre as perspectivas de manutenção da identidade de um grupo de imigrantes bolivianos residentes em São Paulo, a partir de suas práticas culturais. Para alcançar tal objetivo, são discutidos os conceitos de identidade cultural, de minorias e de globalização da economia e da cultura.

Os primeiros imigrantes bolivianos aportaram no Brasil na década de 50 em razão de estudos ou questões políticas, mas foi na década de 70 que esses fluxos se consolidaram. Silva (2005) relata que já na década de 90 esse movimento migratório se diferenciou. Segundo o autor, os bolivianos que aqui chegam vêm para atuar

no ramo da costura e a grande maioria deles não possuem qualificação relevante e são indocumentados. Muitos desses imigrantes encontram na Feira Kantuta, localizada no Pari, na Rua Pedro Vicente, uma rede de apoio à sua chegada, bem como um local em que socializam com seus conterrâneos, revisitam sua cultura e, ainda, são recrutados para os empregos na costura.

As discussões apresentadas neste artigo estão fundamentadas em pesquisas bibliográficas e em observação não participante realizada na Praça Kantuta, local de trabalho e convívio social do grupo pesquisado.

GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E MINORIA

Segundo Hall (2004), a impossibilidade de realização do sujeito do iluminismo, a crise do Estado-nação e o advento da globalização, portanto, o descentramento⁶ do sujeito e seu caráter fragmentário no mundo contemporâneo são os fenômenos que possibilitam a discussão sobre a construção identitária e sobre a ampliação do conceito de minoria, conferindo-lhe novos sentidos e atribuições.

Trata-se de um fenômeno que podemos situar a partir do princípio da reestruturação produtiva na gênese do capitalismo, mas seus contornos ganham *corpus* fundamentalmente a partir do fim da polarização entre a perspectiva socialista e a capitalista com a queda do muro de Berlim - o que para alguns apologistas significou o “fim da história” e da ideia de local e nacional para uma nova concepção denominada de global.

Essa nova denominação tinha como propósito a desconstrução da individualidade, pressuposto do

desenvolvimento humano, e a transformação desse indivíduo ou conjunto de indivíduos em meros consumidores estandardizados, ou seja, a conversão efetiva dos valores humanos em mercadorias e a realização dos mesmos, concentrados nesse novo conceito de posse: a mercadoria como bem supremo de realização individual.

Ora, a perspectiva que nos ocupamos é sobre o papel social desse sujeito fragmentado a partir da ressignificação do conceito de minoria e consecutivamente de identidade cultural na contemporaneidade, tendo como premissa “os conceitos de mundialização da cultura e globalização da economia e da técnica” (ORTIZ, 2006, p. 246) num breve esboço dessa construção histórico-social. Partindo desse pressuposto, tratar da globalização e seus aspectos principais é de fundamental relevância para o entendimento dos processos culturais e suas construções.

Naturalmente, compreender as consequências da globalização tem sido um desafio constante das ciências sociais nos últimos tempos. Segundo Ianni:

O problema da globalização em suas implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas, pode ser colocado de modo inovador, propriamente heurístico, se aceitamos refletir sobre algumas metáforas produzidas precisamente pela reflexão e imaginação desafiadas pela

⁶ Descentramento: termo que aponta não para uma ruptura com a posição central, mas sim com um deslocamento; o centro se desloca sendo substituído não por um, mas por vários centros de poder. (HALL, 2004)

globalização. Na época da globalização, o mundo começou a ser taquigrafado como “aldeia global”, “fábrica global”, “terrapátria”, “nave espacial”, “nova Babel” e outras expressões (IANNI, 2008, p.16, grifos do autor)

O autor elucida a confusão que emergiu em relação à concepção do termo globalização e seus diversos aspectos, principalmente nos meios acadêmicos, como se tratasse de algo novo quando na verdade podemos dizer que é uma reedição de tempos antigos, uma conexão entre mundos, o que já foi realizado na era das Grandes Navegações. Todavia, a globalização é não menos que um processo histórico de integração econômica e política de grupos sociais hegemônicos que têm interesses específicos, o que nos remete à internacionalização do capital, ao avanço das empresas transnacionais e às grandes mudanças no mundo do trabalho com a política de flexibilização. De acordo com Chesnais:

Os governos e as elites que dirigem os principais países capitalistas adiantados deixaram que o capital-dinheiro se tornasse uma força hoje quase incontrolável, que se ergue em total impunidade “diante do crescimento mundial”. Por fim, os Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a bem pouco, pela crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições solapados a ponto de torna-los quase incapazes de impor qualquer coisa ao capital privado (CHESNAIS, 1996, 301-2, grifos do autor).

Além das inovações no ramo das telecomunicações, desde as transmissões via satélite até o advento das redes sociais que tem impregnado a identidade dos indivíduos, de certa forma, temos também a ideia de uma “cultura global” que tenta padronizar não só os processos produtivos, mas também os valores, hábitos e costumes de uma determinada comunidade a partir da inserção de valores culturais de outro tipo de sociedade que podemos chamar de hegemônica. Mas é com a construção desse cenário, possibilitado pelo processo de globalização, que vemos emergir as reivindicações dos grupos minoritários.

Em resumo, a globalização é um processo já consolidado, transformando as relações econômicas, laborais e políticas em todo o mundo. As empresas transnacionais se impõem aos Estados-Nação em vias de desenvolvimento, através da movimentação de seus fluxos de capitais. Estes fluxos ora estabilizam suas economias através do aporte de recursos e investimentos, ora desestabilizam-nas com a retirada desses recursos para serem aplicados em economias que lhes ofereçam maiores lucros. A influência dessas organizações transcende a área urbana e já incorpora o campo em sua área de dominação. Nesse contexto, as culturas

também são influenciadas. Para Hall (2011) há uma ação dialética entre cultura local e global. O global tenta se impor ao local como cultura dominante mas, em resposta, o que de fato ocorre é uma reafirmação do local ante ao global. As ações culturais locais criam formas de resistência ao global. É o que apresentaremos a seguir.

Para Williams (2007) a globalização representa um novo ciclo de expansão do capitalismo que, para se consolidar, desregulamenta as fronteiras territoriais permitindo a movimentação de fluxos de capitais em tempo real e a maximização dos lucros, além de reforçar a interdependência desigual entre as nações e ressaltar as diferenças locais, impondo, assim, um rearranjo no sistema político-institucional e econômico-financeiro internacional. “Hoje em dia o ‘meramente’ local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é condição de existência do outro” (HALL, 2011, p. 44).

Analisando a história do desenvolvimento humano, vemos que na Antiguidade Clássica a ideia produzida por aquela sociedade foi capaz de justificar e perpetuar as diferenças entre os grupos

sociais, destaque seja dado para a base produtiva escravista.

Já na Idade Média, os pressupostos do cristianismo estabeleceram uma nova forma de organização social por estamentos que teve como base as leis divinas. Caminhando para a ilustração nasce a ideia de direito natural, do contrato social rousseauiano e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que determinava que os homens nascem livres e iguais em direito. Considera crença, pensamento e opinião, e portanto a liberdade, como um direito do indivíduo. Com o socialismo temos uma nova ideia sobre igualdade com a possível eliminação do antagonismo entre as classes sociais. Por fim com a queda do Muro de Berlim temos o estabelecimento do capitalismo e da massificação do indivíduo.

Diante de tais mudanças nas bases sociais – e principalmente o descrédito de inúmeras instituições que pareciam inabaláveis – emerge na complexidade uma sociedade diferenciada. “Ao lado das semelhanças, das homogeneidades e das ‘mesmices’ no interior da sociedade, os grupos se diferenciam cada vez mais, incapazes de se identificarem cultural, racial ou etnicamente com uma população

tão sem contorno [...]” (COSTA, 1991, p. 225). No interior dessas contradições, surgem grupos minoritários – as minorias étnicas, religiosas, sexuais, políticas e regionais – que buscam se estabelecer como detentores de direitos, apropriar-se de seu espaço geográfico e de sua identidade social e cultural que o ideal de igualdade, pressuposto do sujeito da ilustração, não consegue contemplar.

De acordo com Stavenhagen (1970, p. 249):

Uma minoria pode definir-se como um subgrupo de uma sociedade mais ampla, cujos membros estão expostos a incapacidade que tomam a forma de preconceitos, discriminação, segregação ou perseguição por parte de outro tipo de subgrupo, considerado como uma maioria.

Ainda a partir do conceito do autor, uma minoria pode ser nacional, linguística ou religiosa e os conflitos gerados no interior desse *corpus social* têm como objetivo a emancipação ou a assimilação, dependendo da situação. Mas naturalmente o que move sua ação é a ideia de transformação do real. “O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (SODRÉ, 2005, p. 11) Desse modo,

minorias não é apenas um grupo numa luta contra a hegemonia, trata-se de um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta e para a luta.

Em um mundo que se faz cada vez mais global, estudar as manifestações culturais de uma determinada comunidade possibilita-nos entender sua constituição social, seus embates, memórias e seu modo de vida. Sobre o termo cultura, em sua origem no século XV, representava cultivo, cuidado com algo (colheitas ou animais) e ampliou-se a partir do século XVI para o sentido de cuidar dos processos do desenvolvimento humano.

Já no final da década de 1870 a cultura representava todo um modo de vida, uma cultura comum, possível a todos, e não mais um modelo elitista e hermético pertencente a uma seleta classe. No período após a segunda guerra mundial, uma das concepções de cultura como campo de distinção social e espaço reservado a um grupo seleta perde forças, iniciando-se a partir daí todo um referencial que vai levar ao sentido de cultura como sendo todo um modo de vida (CEVASCO, 2008).

Em seus estudos sobre os atributos e significados da palavra cultura para além

do processo físico (cultivo e cuidado), Williams (2007) apontou três distintas categorias para o termo: cultura como desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; cultura como modo particular de vida e; cultura como atividades intelectuais, mais especificamente as artísticas (música, literatura, teatro, escultura, etc.).

De acordo com Williams (2011), a história da ideia de cultura aparece como uma resposta da sociedade aos processos industriais pelos quais passava a Inglaterra no período pós Revolução Industrial. O termo cultura é um termo em disputa no sentido de qual é a sua consciência frente a uma realidade industrial dividida em classes. Nem sempre o termo vai estar presente na fala desses autores, muitas vezes a ideia aparece subentendida ou mesmo ainda através da utilização do termo cultivo.

A expansão europeia no século XVI construiu, de acordo com Larraín (1994), o mito de que as demais culturas (países periféricos e oriente) eram inferiores – equivalente ao mito das culturas bárbaras, uma vez que neste período, todo aquele que não falava grego era bárbaro e balbuciava. Esse é para o autor um dado homogeneizante. A cultura europeia é o

fator homogeneizante e tudo aquilo para além da cultura europeia é diferente. A civilização europeia é o modelo, logo, é preciso levar esse modelo aos outros povos, justificando assim, ideologicamente, a colonização.

A partir dessa troca, o choque da cultura europeia com outras culturas foi permitindo aos europeus novas narrativas a respeito de si mesmo. Nesse momento não só reconhecem o outro, o diferente, como incorporam elementos alienígenas. Para Hutinghton (1997), narrativas são as expectativas que temos em relação aos outros e aquelas que os outros têm em relação à nós. A cultura tende a ser restrita a um espaço e momento histórico. A civilização admite elementos de igualdade e diferença em graus muito elevados de generalização. Nessa perspectiva trabalha-se com elementos de identificação cultural razoavelmente generalizantes, mas não por isso, não vamos encontrar diferenças internas de identidade as quais terão de ser suprimidas em favor da identidade generalizante.

Ainda de acordo com o autor, temos uma identidade individual, coletiva e civilizatória. Ao pensarmos na identidade coletiva, pensa-se na identidade nacional, construída arbitrariamente e imposta

através da violência simbólica e de elementos generalizantes.

Se considerarmos a globalização da economia, a transferência de capitais de um determinado país para outro de acordo com suas conveniências; as empresas que deixam de ter uma sede com um conjunto fabril no mesmo local e distribuem-se pelo mundo, em especial nos países onde os custos com mão de obra sejam mais baixos; as leis ambientais menos rígidas e a permissividade de fuga dos direitos trabalhistas sejam maiores. Juntemos os movimentos migratórios internacionais e temos um panorama complexo ao qual tentaremos vislumbrar.

Num mundo globalizado as emigrações processam-se em busca de melhores condições de vida e atingem a maioria dos países em vias de desenvolvimento. Os países do primeiro mundo acabam dificultando a entrada de estrangeiros provenientes dos países mais pobres, com o argumento de que estão protegendo o emprego para a população local, esquecendo-se de que suas grandes multinacionais é que provocam boa parte dessas desterritorializações, através da desativação de plantas industriais e do consequente desemprego local. Não bastasse a condição de imigrante e a não

documentação, os trabalhos oferecidos e as condições de vida, em muitos casos, são desumanos.

Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais, e, de fato, do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia (HALL, 2011, p. 43).

Como pano de fundo tem-se um mundo “aparentemente” sem fronteiras, que se rendeu ao capitalismo e no qual as identidades culturais entre os países vêm se tornando cada vez mais difusas. Essas culturas são elaboradas e reprocessadas, influenciam e sofrem a influência dos países de origem e destino e assim as identidades local e global são questionadas.

Os processos migratórios dão conta de disseminar as culturas periféricas dos países emergentes. Na contrapartida, as sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte angustiam-se por verem suas culturas hegemônicas e ‘puras’ contaminadas, dando margem a um nacionalismo defensivo e racializado.

Efetivamente muitos países têm tido posições de defesa de suas culturas locais. Segundo Castells (2009), “[...] se

tivéssemos de apontar um país do mundo com a maior capacidade de oferecer resistência à globalização da cultura e defender a adoção da política de bases populares, a Bolívia seria um forte candidato” (p. 387). Esse apego à cultura, entretanto, não os têm impedido de deixar o país em busca de melhores oportunidades.

Para Patarra e Baeninger (2004), devemos considerar que as migrações internacionais são resultado da reestruturação espacial do mundo e estão diretamente relacionadas à reestruturação da economia e da produção em escala global.

Nesse aspecto o migrante é um ser dividido entre a necessidade da permanência e a esperança do retorno. Os países com uma economia mais estruturada são os que encabeçam a lista de países receptores de imigrantes. Na outra ponta, os países com economia mais frágil são os emissores de emigrantes. Mas há muitos outros fatores permeando a saída e entrada de migrantes. Além da questão da renda, há todo um conjunto de subjetividades que interfere na decisão individual de tornar-se e ser migrante (SAYAD, 1998).

Os imigrantes reúnem-se em comunidades nos países que os acolhem e,

em geral, vivem à margem, encontrando condições de moradia precárias e trabalhos mal remunerados. “O termo ‘comunidade’ (como em ‘comunidades de minorias étnicas’) reflete o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos.” (HALL, 2011, p. 62, grifos do autor)
Entretanto:

Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em resposta às experiências migratórias. Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior das mesmas – entre as distintas nacionalidades e grupos lingüísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações (HALL, 2011, p. 63-64).

Para o autor duas forças podem ser destacadas nas formações culturais. Aquelas que levam à homogeneização cultural, exercida pela cultura ocidental dominante, mais especificamente a americana, que ameaça contaminar tudo com sua mesmice – “o que tem sido chamado de ‘McDonald-ização’ ou ‘Nike-ização’ de tudo” (HALL, 2011, p. 44). E uma força mais sutil e emergente que desloca da centralidade a cultura ocidental dominante e reposiciona as culturas locais, disseminando suas diferenças por todo o mundo.

A questão identitária na atualidade leva-nos a buscar algumas interpretações. Hall (2004) simpático à noção de descentramento vai propor que as antigas concepções de identidade como individual e única devem ser, se não reelaboradas, ao menos questionadas, sugerindo que a identidade única dá lugar às várias identidades fragmentadas. Não há mais uma identidade única e central, mas sim várias identidades em vários centros de poder. Para tanto, faz uma distinção simplificada entre o sujeito do Iluminismo – indivíduo centrado, coeso, racional e consciente, dotado de uma identidade única – o sujeito sociológico – indivíduo que ainda possui uma identidade, embora formada e reelaborada através das relações contínuas com o mundo cultural e as identidades oferecidas por esse mundo – e por fim o sujeito pós-moderno – sujeito fragmentado, formado por várias identidades, muitas vezes contraditórias ou mal resolvidas, descentradas (HALL, 2004). É esse sujeito pós-moderno que hoje enfrenta, nos processos migratórios, os embates entre a permanência e a reelaboração de suas identidades no confronto com a cultura do país receptor.

Nesse contexto, a identidade cultural apresenta-se também deslocada de

um centro formador em constante mudança para estar aberta às diversas identidades que a constituem e reelaboram continuamente. Segundo Hall (2004) o mesmo serve para pensarmos as identidades nacionais, uma das principais fontes de identidade cultural. A nacionalidade é uma construção imaginada, e não algo que nasce com os indivíduos, e para tal, devemos ter em mente três conceitos na elaboração da cultura nacional: um conjunto de memórias, o desejo de viver em grupo e a necessidade de transmissão desse legado.

Entretanto, a maioria das nações possui em seu interior diversas culturas que só são unificadas através do poder. Compõem-se de diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero. As nações colonizadoras impingiram sua cultura aos colonizados, de forma que apenas através do exercício do poder é que é possível essa pretensa unificação. As nações modernas são híbridas: não há aquela que possua um único povo, uma única cultura ou uma única etnia ou raça, no entanto, as culturas nacionais se sobrepõem às demais e o que tem provocado o seu deslocamento é a chamada globalização (HALL, 2004).

A globalização enquanto fenômeno não é recente e ordena uma compressão do

espaço/tempo que se constituiu numa de suas características mais marcantes. Disso resulta o encurtamento de distâncias: o mundo parece menor e quaisquer eventos ocorridos num lugar impactam, em tempo real, pessoas e lugares em diversas partes do mundo. Hall (2004) argumenta, entretanto, que “[...] o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação* (p. 70, grifo do autor)”.

Se considerarmos que a identidade cultural constitui-se num sistema de representação, temos por consequência a globalização, através da compressão espaço/tempo, influenciando a localização e a representação dessas identidades. Como consequência o autor evidencia um acirramento das tensões entre o local e o global. De um lado temos uma relativa fragmentação das identidades locais resultantes da homogeneização cultural e de outro um aumento da resistência à globalização como tentativa de reforçar suas identidades locais. Assim, não podemos perder de vista a formação de novas identidades culturais híbridas, produtos das novas diásporas, como afirma o autor. Nem local nem global: identidades variadas, complexas e contraditórias

parecem ser o produto identitário dessa tal chamada globalização.

O PROCESSO ATUAL DE IMIGRAÇÃO: OS BOLIVIANOS

O desemprego abrange parte significativa da população mundial. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) através do informe “Tendências Mundiais de Emprego 2011 – o desafio para a recuperação do emprego” estimou um total de 205 milhões de desempregados no mundo em 2010, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 6,2% daquele ano, contra 5,6% registrados em 2007, sem perspectivas de decréscimo no curto prazo. Apontou ainda para 77,7 milhões de jovens desempregados no mundo em 2012 e para 1.530 milhões de trabalhadores em situação de empregos vulneráveis no mundo, representando uma taxa mundial de 50,1% em 2010. Entretanto, a economia informal é responsável por parte significativa da produção mundial, e da geração de renda dos indivíduos incluídos no informe como desempregados.

A globalização e a desterritorialização do capital vêm contribuindo com lacunas cada vez maiores para essas desigualdades. As

migrações falam dessas desigualdades, o homem em terra estrangeira, busca preservar sua identidade através da manutenção de suas práticas culturais.

Como exemplo disso, podemos tomar o grupo pesquisado. Os imigrantes bolivianos que frequentavam num primeiro momento a Praça Padre Bento, no Bairro do Pari. Ali eles se reuniam todos os domingos e passavam o dia, apreciando a gastronomia de sua terra e também socializando com seus pares. Em um dado momento começaram a incomodar, e foram proibidos de se reunirem ali, a prefeitura acabou cedendo-lhes um novo espaço, a Praça Kantuta. Assim mesmo, esse grupo sobrevive e perpetua seus modos de vida. Parte significativa deles sofre os preconceitos de serem imigrantes em terra estrangeira.

Falar das práticas culturais bolivianas realizadas em terra estranha por um grupo de imigrantes é falar da produção cultural de um grupo que engrossa a “massa” de trabalhadores explorados pelo sistema capitalista. Considerá-los como sujeitos de produção cultural seria considerado uma afronta aos escritores como Leaves, que anteriormente buscava posicionar a cultura em um campo simbólico apartado do campo material da

vida, através dos cânones da literatura (CEVASCO, 2008).

Vamos entender o jogo de interesses por trás do conceito de massas. Segundo Williams (2011, p. 324) o termo massa foi utilizado como sinônimo de turba, e foram mantidas suas características de significado: “[...] ingenuidade, volubilidade, preconceito de rebanho, vulgaridade de gostos e de hábitos. As massas, por essa evidência, formaram a ameaça perpétua à cultura”

As massas eram os trabalhadores que, por sua intenção de alterar a sociedade em muitas de suas concepções e estruturas, eram desaprovados pela minoria dominante. O medo da massa é o medo da posição política que os trabalhadores, “a massa”, podem assumir para alterar a realidade. Ironicamente, as massas eram sempre os outros. Nossos parentes e amigos, nós próprios não somos a “massa”. A “massa” são as outras pessoas desconhecidas.

Nessa medida, também somos o “outro” e convertemo-nos todos em massa, turba, seres de pouca instrução e de gosto duvidosos e, por isso, algo que deve ser odiado e temido. Daí a crítica de Williams (2011) para quem, comunicação de massa, necessariamente não precisa ter um valor

pejorativo, uma vez que os meios de comunicação e produção cultural (de jornais e anúncios comerciais principalmente) são isentos de ideologia e podem ser usados para o bem ou para o mal. A avaliação deve recair sobre quem está produzindo esses conteúdos, certamente não é a massa, e para quais finalidades estão sendo produzidos e distribuídos. Na questão da seleção de material a ser veiculado, devemos ressaltar que há conteúdos ruins, mas há os bons também, e que ao avaliarmos a cultura, não podemos nos basear em nosso olhar e sim no olhar do sujeito observado.

A igualdade do ser é indispensável, entretanto, uma cultura comum não é uma cultura igual. Assim, ainda segundo o autor, uma cultura da classe trabalhadora, não é uma cultura alternativa, até porque boa parte do material que é veiculado como cultura da classe trabalhadora não é produzido apenas para essa classe e menos ainda somente por ela; menos ainda a pequena produção de escritos e arte proletária. O mesmo vale para cultura burguesa. A cultura tradicional reflete o conjunto de obras intelectuais e imaginativas de toda a sociedade num dado momento histórico e não apenas de uma

única e determinada classe (WILLIAMS, 2011).

Ao pensarmos em cultura como um conjunto de trabalho intelectual e criativo, podemos identificar uma maior equidade em sua distribuição e acesso, entretanto cultura é muito mais que apenas esse conjunto intelectual e criativo, ela é essencialmente todo um modo de vida. É essa interpretação que nos qualifica como pesquisadores dos mais variados processos do viver a falar, estudar e produzir cultura.

Os bolivianos tentam reproduzir aqui em São Paulo todo um modo de vida. Deve-se considerar, entretanto, que esse processo vai ser sempre mediado pelas interferências produzidas pelos modos de viver que aqui estão representados pelos moradores locais. As atividades culturais bolivianas, por isso, não são mais a cultura pura e simples trazida da Bolívia e que foi transmitida de geração para geração. Ela vai estar permeada, por todas as influências recebidas por estes migrantes ainda em sua Terra Natal e posteriormente pelas influências recebidas aqui. Não por isso essa cultura possa ter menor valor ou ser menos original. Ela é exatamente o produto e o processo do modo de viver daqueles que ela representa, os imigrantes que atuam na Feira Kantuta.

Consolidado enquanto grupo, os bolivianos acabaram por ser estigmatizados e através da exposição de sua cultura nas festas típicas e devocionais, tentam elaborar e recriar sua identidade étnico-cultural fundada na diversidade de seu povo.

Aliás, o que se observa nas últimas edições das festas devocionais é um aumento de grupos que apresentam ritmos e danças com temáticas indígenas e camponesas, mostrando que a Bolívia que é recriada e apresentada aos paulistanos é um país marcado pela sua diversidade etnicocultural e social, a qual num outro contexto passa a ter novos significados, sobretudo, para grande parte dos bolivianos(as) que trabalham no ramo da costura. Se, no dia-a-dia eles são vistos pelos seus empregadores apenas como força de trabalho barata, ou como “escravos”, pela imprensa local, nos dias de festejos eles mostram exatamente o contrário, que são portadores de uma tradição cultural de longa duração, expressa nas formas rítmicas e estéticas de seus dançarinos(as), para os quais a dança não é apenas diversão, mas, sobretudo, devoção à Virgem/Mãe/Terra que lhe dá o pão (SILVA, 2003, p. 40).

Dessa forma, as festas devocionais desenvolvidas pelos imigrantes bolivianos, buscam não só reavivar suas lembranças e reafirmar sua identidade, mas também fazer-se conhecer para além da pecha de imigrantes explorados pela confecção. A dificuldade por que passam esses imigrantes em sua jornada para chegar até o Brasil (os relatos encontrados por Silva (2005) são eloquentes na descrição das

agruras passadas), o estranhamento sofrido em razão da língua, os preconceitos por parte daqueles que não conseguem ultrapassar as barreiras de seu espelho, o trabalho duro sob condições difíceis que enfrentam diariamente, talvez sejam fatores que os façam calar e manter-se mais fechados em seu grupo

A questão dos movimentos migratórios é assunto candente na atualidade. Podemos considerar alguns aspectos desse movimento. Ao analisarmos o país de origem, se por um lado a emigração atenua as tensões relativas ao desemprego, favorece a melhoria das condições socioeconômicas das famílias em razão do recebimento de remessas do familiar que emigrou; por outro perde o capital social (educação, saúde) investido nesse emigrante, bem como perde uma mão de obra em plena capacidade de produção.

Ao analisarmos o país de destino, devemos considerar que: esse imigrante chega em plena capacidade produtiva sem que para isso esse país tenha despendido um dólar sequer; vai ocupar postos de trabalho cuja remuneração, normalmente, é inferior à percebida pelo nativo; não impacta nos custos sociais e; vai trabalhar em atividades que o nativo não mais se

interessa em desempenhar. Contudo, a presença desse imigrante gera insatisfação na população local que argumenta ter seus postos de trabalho tomados, intensificando os discursos nacionalistas e acirrando questões de racismo e xenofobia.

O emigrante/migrante é um ser em constante contradição quanto à sua permanência e retorno. O estar migrante é sua condição de uma vida melhor, seja por questões econômicas (trabalho, renda) seja por questões subjetivas (gênero, raça, razões sentimentais etc). Migrar é uma opção influenciada por questões de ordem pessoal e familiar, que vão além da renda. A existência dessas redes, na origem e no destino, fortalecem as motivações, pois são a garantia de apoio nos movimentos migratórios (SAYAD, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões migratórias na atualidade intensificam-se em razão da nova reestruturação do modelo capitalista hegemônico, favorecendo a desigualdade entre ricos e pobres. Nesse caminho, os países ricos, com suas políticas migratórias, não visam a redução dessas desigualdades, quando muito, desculpam-se alegando que o envio de enormes somas

de remessas dos imigrantes para seus países de origem atenuam a pobreza, sendo essa a contribuição deles.

Longe de se ter uma solução ou consenso quanto ao trato com os migrantes, urge a necessidade de se olhar com mais atenção e respeito para esses sujeitos que, ao fim e ao cabo, apenas buscam uma oportunidade de uma vida digna, mesmo que para isso, tenham de enfrentar a contradição de sua eterna provisoriedade.

Conclui-se que as práticas culturais, sejam as desenvolvidas em atividades gastronômicas, nas festas típicas ou devocionais e mesmo através dos grupos de danças folclóricas, são bastante semelhantes àquelas que ocorrem na Bolívia. Sempre que perguntados eles associam as atividades que desenvolvem na feira Kantuta com a cultura de seu País. É nesse sentido que podemos afirmar que as práticas culturais desenvolvidas pelos imigrantes bolivianos que atuam profissionalmente na feira Kantuta, no Município de São Paulo, contribuem para a manutenção de seus laços culturais com a Bolívia e conseqüentemente reforçam sua identidade.

ABSTRACT

This study considers the human being as a subject in transformation constituted by a historic cultural process. It proposes as a main objective to reflect on the perspectives of keeping the identity of a group of Bolivian immigrants living in São Paulo from their cultural practices. To achieve this goal, we discuss the concepts of cultural identity, minorities, and globalization of culture and economy. The discussions presented are based on literature reviews and non-participatory observation conducted in Kantuta Square, a place of work and social interaction of the group studied. We conclude that the cultural practices of Bolivian immigrants, Kantuta Square-goers in the city of São Paulo, collaborate to keep their identity.

KEYWORDS: Bolivian immigrants. Identity. Culture.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre estudos culturais*. 2. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2008.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, M. C. C. *Sociologia: Introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações*. 1 ed. atual. 1 reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.
- HUNTINGTON, S. P. *O choque das civilizações e a recomposição mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva. 1997.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LARRAÍN, J. *La identidad latinoamericana: teoría e história*. Estudios Públicos, 55, Invierno 1994.
- OIT. *Tendencias mundiales del empleo de 2011: El desafío de la recuperación del empleo*. Ginebra, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_168095.pdf>. Acesso em mai. 2012.
- ORTIZ, R. Globalização: notas sobre um debate. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 2009.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. *Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica: Brasil no Mercosul*. ALAP, Associação latino Americana de População, 2004.
- SAYAD, A. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SILVA, S. A. *Virgem/Mãe/Terra*. Festas e tradições bolivianas na Metrópole. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2003.
- SILVA, S. A. *Bolivianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (Org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.
- STAVENHAGEN, R. Classes Sociais e Estratificação Social. In: FORACHI, M. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 7, ed. 16, jun./set. 2013.

M. ; MARTINS, J. de S. (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora. 1980. p. 298.

WILLIAMS, R. *Palavras Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: BOITEMPO, 2007.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.